



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA



**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO DA GEOGRAFIA E NA PRÁTICA
ESCOLAR**

Dayanny Kellym Vasconcelos Oliveira Moreira

João Monlevade– MG

2022

DAYANNY VASCONCELOS OLIVEIRA MOREIRA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO DA GEOGRAFIA E NA PRÁTICA
ESCOLAR**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na
Universidade Federal de Ouro Preto, como
requisito básico para a Conclusão do Curso de
Licenciatura em Geografia.**

Orientador: Prof. Dr. Thiago Macedo Alves de Brito

João Monlevade MG

2022

2



FOLHA DE APROVAÇÃO

Dayanny Kellym Vasconcelos Oliveira

Educação inclusiva no ensino da Geografia e na prática escolar

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Aprovada em 12 de julho de 2022

Membros da banca

Prof. Dr. Thiago Macedo Alves de Brito - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Profª. Pâmela Cristina Alves Silva - Universidade Federal de Ouro Preto

Drª. Marta Bertin, Coordenadora do Curso de Geografia, certifica a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 13/07/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Marta Bertin, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 13/07/2022, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0361590** e o código CRC **E7B8DA9D**.

LISTA DAS FIGURAS, QUADROS OU TABELAS

GRAFICO 1– NÚMERO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA,
TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES EM
CLASSES COMUNS OU ESPECIAIS EXCLUSIVAS SEGUNDOETAPA DE ENSINO –
BRASIL – 2015 A 2019.....pag 9

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	pág.6-7
2-EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL.....	pág.7-10
3-FORMAÇÕES DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	pág.10-12
4-ENSINO DA GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	pág.12-13
5-METODOLOGIAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	pág.14-15
6-CONCLUSÃO.....	pág.15
REFERÊNCIAS	pág.16-17

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO DA GEOGRAFIA E NA PRÁTICA ESCOLAR

Autor (a): Dayanny Kellym Vasconcelos Oliveira

RESUMO

Incluir alunos com deficiência nas escolas atualmente torna-se um dos maiores desafios da educação. Dessa forma, é primordial que a escola seja um ambiente inclusivo, um ambiente educacional que integre os alunos. Em ambiente que irá contribuir com o lado emocional do indivíduo, pois ele pode se sentir integrado ao ambiente escolar. Ao falar sobre inclusão na escola precisa-se também repensar as práticas pedagógicas. Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir uma proposta pedagógica da escola, que necessita de ações inovadoras, inter e transdisciplinares, que promovam o desenvolvimento de práticas pedagógicas adequadas, em diferentes contextos socioeducativos. Diante dos desafios de nossa atualidade em garantir o acesso e a permanência de crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais no ensino público. Este artigo tem o objetivo de destacar a importância de práticas de educação inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão, Educação, Escola

INTRODUÇÃO

O propósito deste artigo é discutir sobre o processo de inclusão educacional dos alunos portadores de deficiência. A ideia de pesquisar este tema tão delicado que é a educação inclusiva surgiu a partir da confirmação de que, apesar da legislação educacional brasileira estabelecer normas e diretrizes para o atendimento dos portadores de necessidades especiais, nem sempre isto tem sido concretizado na prática. Diante disso, surgiu a necessidade de pesquisar um assunto tão atual e importante quanto esse. O procedimento metodológico utilizado centralizou sobre a revisão bibliográfica na releitura das obras que tratam do tema, com principais obras encontradas em bancos de dados digitais, como o Scielo , Periódicos Capes dentre outros.

No ambiente escolar um meio físico acessível se torna extremamente libertador e pode transformar a possibilidade de integração entre as crianças e o seu desempenho escolar. O ambiente inacessível prejudica na inclusão escolar já que os estudantes frequentam uma escola que é planejada apenas para alguns, excluindo outros. Dessa forma, as pessoas com alguma deficiência podem acabar sendo afastadas do meio escolar.

A escola deve estar preparada para receber seus alunos e isto inclui adequação de uma infraestrutura, dos procedimentos de ensino, da proposta pedagógica e preparação de seus recursos humanos (administração, professores, funcionários) e integração entre escola e família. Portanto, não basta apenas garantir o acesso, é necessário realizar mudanças na organização das escolas para que elas sejam capazes de incluir os alunos com necessidades educacionais especiais, garantindo, além do acesso, a permanência deles.

A escola tem um papel fundamental em desenvolver a capacidade intelectual, o senso crítico, a capacidade de julgar e de ter comportamentos adequados no meio onde vive. Nesse relacionamento interpessoal acontece emergir a superação do preconceito e da discriminação. A escola é o ambiente propício para troca de experiência e deve proporcionar aos seus alunos um momento para discussão, conhecimento e vivência de temas ligados à realidade de cada um e que promova, através de todas as disciplinas, a formação de alunos críticos, participativos, dinâmicos e criativos. Os professores devem estar sempre incentivando e ajudando o aluno a se sentir autossuficiente e ter uma boa autoestima.

Práticas inclusivas como uso de tecnologias da informação e comunicação vem se tornando fortes instrumentos de facilitação da inclusão de forma em que podem viabilizar a interação do sujeito com o mundo. A tecnologia dá um suporte as pessoas com deficiência visual, auditiva, física, mental ou múltipla.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

O Brasil, nos últimos anos, obteve avanços significativos no que se diz respeito ao direito de todos à educação, estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e fundamentado no termo da inclusão. Nos últimos cinco anos, de 2014 a 2018, o número de matrículas de estudantes com necessidades especiais cresceu 33,2% em todo o país, segundo dados do Censo Escolar, não é por acaso que esse número tem aumentado. Atualmente existem leis e diretrizes que garantem o acompanhamento complementar na escola desse aluno.

A primeira a entrar em vigor foi a 1961 – Lei Nº 4.024 “A Educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de Educação, a fim de integrá-los na comunidade.” Porém atualmente este termo está em desacordo com os direitos fundamentais das pessoas com deficiência).

Em seguida surgiu a Lei em 1971 – Lei Nº 5.692 o texto afirma que os alunos com “deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial”. Em 1988 – Constituição Federal afirma-se que “a Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” e “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”.

Já no ano seguinte a Lei Nº 7.853 entre em vigor em um trecho afirma que “As normas desta Lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade.”

Em 1990 a Lei Nº 8.069 também conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Nº 8.069 garante, o atendimento educacional especializado às crianças com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino; trabalho protegido ao

adolescente com deficiência e prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção para famílias com crianças e adolescentes nessa condição.

No ano de 1996 entra em vigor a – Lei Nº 9.394 nela tem um capítulo que se afirma que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial”. No ano 2001 – a Lei Nº 10.172 afirmava que a Educação Especial, “como modalidade de Educação escolar”, deveria ser promovida em todos os diferentes níveis de ensino e que “a garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência”. No ano de 2002 – Lei Nº 10.436/02 se torna um grande avanço para os alunos com deficiência auditiva pois e reconhecida a lei de sinais (Libras) como um meio de comunicação e expressão. No ano de 2012 a Lei nº 12.764 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Essas Leis foram um avanço para garantir acesso aos alunos com deficiência ao ambiente escolar em meio às leis também surgiram decretos que fortaleciam ainda mais o direito do aluno com deficiência. Diante deste avanço com o passar dos anos obteve um aumento em matrículas nas escolas brasileiras.

O percentual de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades, matriculados em classes comuns, vem crescendo notavelmente em várias etapas do ensino. Com exceção do EJA, todas as etapas da educação básica apresentam mais de 88,0% de alunos incluídos em classes comuns em 2018. O maior número de alunos incluídos é observado no ensino médio, em que 98,9% dos alunos se encontram nessa posição dados segundo o Censo da Educação Básica.

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica 2020 (MEC, 2020). Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica 2020 (MEC, 2020).



Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica 2020 (MEC, 2020).

Gráfico 1- Número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades em classes comuns ou especiais exclusivas segundo etapa de ensino – Brasil – 2015 a 2019.

Mas, infelizmente, no Brasil ainda existem muitas escolas que não possuem o suporte necessário para esses alunos, tanto o suporte de adaptação e locais de acesso, quanto ao suporte de professores capacitados a atender esses alunos. A realidade atual do Brasil é que apesar de existir a educação inclusiva nas escolas há diversos desafios vivenciados, mas o fato de se tratar de um grande desafio, não pode desencorajar e muito menos isentar o poder público, a escola e a sociedade de enfrentar.

Para Fagundes (2001), a linha de ação da Declaração Salamanca inspirasse na experiência nacional dos países participantes e nas resoluções, recomendações e publicações do sistema das Nações Unidas e de outras organizações intergovernamentais, especialmente as Normas Uniformes sobre as Doze Igualdades de Oportunidades para Pessoas com Deficiências. A Declaração proclama que:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas. Os sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades. Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular,

que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer as necessidades. As escolas regulares que possuem tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos, além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva a maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (Fagundes 2001)

Essa realidade precisa ser transformada, já se sabe que as dificuldades existem, mas elas precisam ser melhoradas, as escolas, por exemplo, precisam receber os recursos necessários, para que elas possam fornecer para esses alunos uma educação de qualidade. A educação inclusiva é para que todos os estudantes possam ter acesso ao ensino. É para que se tenha igualdade de oportunidades, valorização da diversidade e promover a aprendizagem de todos, seja o aluno com deficiência ou sem deficiência. A escola, é muito mais do que um local de aprendizagem das disciplinas curriculares tradicionais, é um espaço onde aprendemos a socialização e interagir.

FORMAÇÕES DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Na perspectiva de educação inclusiva, o professor deve ter como base da sua formação inicial e continuada conhecimentos gerais e específicos para o exercício da docência. A sociedade se encontra em grande transformação e exige do professor uma conduta cada vez mais adequada em sala de aula, para que desse modo todos os alunos tenham possibilidades de aprender, ou seja, que todos tenham igualdade no processo de ensino aprendizagem, segundo Mittler (2003,p.16) A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas [...] diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças [...] e não apenas a aquelas que são rotuladas com o termo “necessidades educacionais especiais”. O educador precisa defender a ideia de que todos os alunos devem ser incluídos em escolas comuns da comunidade, isso mostra que inclusão é a igualdade de oportunidades para todos.

A partir do momento que o indivíduo escolhe atuar na área da educação, assim como as demais carreiras, ele precisa ter o entendimento de não ficar estagnado, ou seja, ele tem que buscar conhecimento todos os dias para se tornar um profissional capacitado e para

transformar a realidade de seus alunos, que necessitam de um ensino de qualidade. Um percurso com grandes desafios está sendo trilhado para que a educação inclusiva seja realmente efetivada. Entre essas barreiras que se tem na educação inclusiva, destaca-se a formação de professores, uma vez que, este deve estar preparado e seguro para trabalhar como aluno. Aranha (2000, p. 08) aponta a necessidade de se capacitar os professores, no sentido de se prover suporte técnico, didático e pedagógico, argumentando que “só assim se obterá um fazer apoiado no saber e uma construção de conhecimentos originada no fazer”.

Segundo Mantoan (2006), torna-se essencial que os professores tenham domínio no que diz respeito aos conhecimentos pedagógicos, pois assim, poderão desenvolver suas atividades de ensinar, planejar e avaliar o ensino. De fato, a formação de professores é essencial para que a educação inclusiva ocorra de forma adequada. Compreender e contribuir para melhoria das políticas educacionais especiais de pessoas com deficiência é garantir um direito legal.

A inclusão é um fator importante para a transformação social e educacional do indivíduo que possua alguma deficiência. O grande desafio para as universidades é formar educadores capacitados para elaborar estratégias e táticas de ensino e adaptar atividades e conteúdos não só para os alunos com necessidades especiais ou deficiência, mas para todos os estudantes.

Assim, para que ocorra de forma concreta a inclusão é necessária que as pessoas envolvidas no processo aceitem os desafios, acreditem que é possível melhorar cada dia mais. Somente desse modo, a educação inclusiva deixará de ser apenas garantida só pela legislação brasileira, mas também passará a ser realidade nas escolas brasileiras e na sociedade. Para Glat et al. (2006, p. 13) “o professor, sozinho, não faz a inclusão, a política, sozinha, não faz a inclusão, faz-se necessária uma série de ações imediatas às políticas inclusivas para que a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais ocorra no sistema regular de ensino e sob condições adequada”

Um dos problemas centrais da Educação Inclusiva está na efetiva capacitação dos docentes que irão trabalhar em classes comuns, que tenham no seu conjunto um ou mais alunos portadores de necessidades especiais. Se o inciso III do art. 9 for cumprido à risca, como uma prioridade da política educacional, todos os alunos portadores de necessidades especiais só terão a ganhar com a sua inclusão nas classes comuns de ensino regular, seja no que diz respeito ao atendimento de um direito que é inalienável, seja no que refere ao

desenvolvimento de um valor humano essencial que é a alteridade, a consideração e o respeito ao outro, distinto, diferente (FAGUNDES, 2001).

ENSINO DA GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A geografia também é muito importante para uma educação inclusiva, não apenas como um meio para o acesso e construção do conhecimento, mas, também, como possibilidade de ensinar a ter uma visão de mundo diferente, objetivando a leitura crítica de diversos modos de vida que se tornam naturalizados em nossa sociedade segundo Vesentini (1994, p. 21) coloca que, “[...] fazer da Geografia escolar aquilo que todos almejam: uma contribuição efetiva e indispensável para a criação de cidadãos plenos [...]”, é proporcionar a inclusão e a construção de um mundo melhor a partir da vivência e interação social e ambiental.

Assim, o professor de Geografia precisa estar em constante transformação, pois ele transmite um importante papel neste processo ao proporcionar um ambiente tranquilo para a aprendizagem, onde estas crianças e jovens sintam-se à vontade para lidar com seus colegas e suas dificuldades de aprendizagem com os conteúdos geográficos.

A principal tarefa de um professor de Geografia, talvez nem seja a de ensinar Geografia, mas realçar um compromisso que ultrapassa a Geografia: fortalecer os valores democráticos e éticos. A partir de nossas categorias centrais (espaço, território, Estado, região, natureza, sociedade etc.) expandirmos cada vez mais o respeito ao outro, ao diferente. (KAERCHER, 2003, p. 50).

Assim se torna um dever de o professor proporcionar uma aula de Geografia acessível com diferentes recursos didáticos, neste sentido, uma sala de aula inclusiva deve se embasar na premissa de que todas as crianças e adolescentes são capazes de aprender e fazer parteda vida escolar e comunitária, mesmo com suas limitações (LIPPE, 2010).

O ensino de Geografia na Educação passa por inúmeras dificuldades, os desafios encontrados são vários e em se tratando do ensino inclusivo, são ainda maiores, pois, cabe ao professor trabalhar diretamente com a formação cidadã de cada indivíduo. O professor não pode estar

constrangido em ensinar para alunos especiais, tão pouco desmerecer o potencial destes alunos. Com isto, a inclusão em sala de aula requer uma transformação completa da escola. Para Figueiredo (2002, p. 68), segundo (MANTOAN, 2010) Os alunos com necessidades precisam ser livres para produzir e compartilhar seus conhecimentos e opiniões, participando de atividades em grupos e sendo tratados como alunos, não como “especiais”

Desse modo, o ensino de Geografia, assim como as demais disciplinas escolares, tem seus obstáculos, mais um fator diferencial é a formação continuada do professor, que deve esta sempre se capacitando o aprimoramento de estudos na área, para o desenvolvimento de metodologias que resultarão proporcionarão um aprendizado significativo para todos os alunos. Para (MENESES, 2014, p.5) o ensino da Geografia deve atuar na formulação de práticas pedagógicas que permitam os alunos, com sua apreensão, a apreenderem a se relacionarem com o outro. Quanto aos materiais didáticos e metodologias Mendes (2014) afirma que desenvolver habilidades criativas e dinâmicas, como a produção de globo terrestre tátil para alunos com deficiência visual são mecanismos importantes dentro da Geografia escolar. Já (ROCCO, p.128) diz que “a oferta de materiais variados, como mapas, maquetes, imagens, textos e outros, que podem ser visuais, táteis, sonoros, mostram-se como condição indispensável no processo de ensino e aprendizagem, em especial de alunos com deficiência nas aulas de Geografia”. Em contrapartida, o ensino de Geografia para alunos surdos deve se valer de atividades lúdicas, dos quais os alunos são estimulados e motivados a aprender (FONSECA; TORRES, 2014).

METODOLOGIAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva tem como objetivo respeitar as diversidades presentes em nossa sociedade e promover, um ensino acessível e igualitário para todos. Segundo Sasaki (2004 p.2) que acredita que “o conceito de acessibilidade deve ser incorporado aos conteúdos programáticos ou curriculares de todos os cursos formais e não formais existentes no Brasil”, ou seja, todo cidadão e cidadã devem ter direito à educação de qualidade, atendendo suas necessidades tanto no ambiente escolar quanto nas metodologias de ensino aplicada.

A inclusão é abordar todos os tipos de diferenças que podem fazer com que o ensino tradicional não seja adequado para alguns alunos a introdução de um ensino muito mais inclusivo, a tecnologia se coloca como uma aliada na educação. O professor precisa além de aprender a adaptar o planejamento e os mecanismos de ensino, também é importante a participação de uma equipe multidisciplinar para o acompanhamento e diagnóstico de cada aluno portador de deficiência, essa é a principal maneira de a escola conhecer as necessidades individuais e proporcionar uma educação de qualidade a cada aluno, cada tipo de deficiência ou transtorno de aprendizagem se tem um andamento. Dessa forma os instrumentos de avaliação precisam ser adaptados a cada necessidade e aplicados de maneira a buscar o melhor desempenho de cada aluno.

Na era digital que estamos, onde houve muitas mudanças significativas, tem-se a disposição os recursos que podem contribuir para as estratégias pedagógicas de inclusão escolar. Salas de aula com recursos multifuncionais, como a lousa interativa, aplicativos variados, notebooks, tablets, acesso à internet são de grande agregação para auxiliar no processo de ensino aprendizagem. Quanto maior for a variedade de recursos e adaptação dos alunos e educadores com eles, melhores serão os resultados da aprendizagem. A adaptação de métodos de ensino necessários para receber inclusive crianças com dificuldades intelectuais é tudo o que a escola atual precisa para finalmente oferecer um ensino de qualidade no Brasil; as escolas precisam disso para ontem, tendo ou não pessoas com deficiência mental nas salas de aula. Esses métodos são extremamente salutares e benéficos a todos e devem estar baseados na cooperação mútua entre os alunos e na construção do conhecimento individual, dentro de suas potencialidades, que podem ficar além daquilo que seria tradicionalmente

transmitido pela professora nas aulas baseadas em palestras, que já não conquistam o interesse dos alunos. (FÁVERO, 2002, p.34-36).

CONCLUSÃO

Em tempos de inclusão, vê-se necessário repensar práticas que contribuam para que os portadores de necessidades educativas especiais sejam ingressados ao sistema regular de ensino. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, deverá ser promovida e incentivada, com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal, 1988, capítulo III, Seção I, art. 205).

A educação tem, portanto, um grande desafio pela frente que é garantir o acesso aos conteúdos básicos que a escolarização deve proporcionar cada um dos indivíduos, inclusive àqueles portadores de necessidades educativas especiais. Diante disso, para que seja garantido aos portadores de necessidades educacionais especiais o direito à educação escolar, torna-se necessário oferecer uma educação pública de qualidade, para que as escolas sejam planejadas e adaptadas a receber todos os alunos, também é necessário ampliar os serviços e auxílios educacionais especiais para possibilitar o desenvolvimento das habilidades dos alunos.

Enfim, é importante afirmar que independente da condição física ou mental todo e qualquer aluno tem direito a uma educação de qualidade, onde possa conviver ao outros alunos de ensino regular a escola deve se apropriar dessa realidade para incluir todos numa só educação, num espaço escolar onde seja acessível para todos.

O professor deve estar ciente com o qual está trabalhando, ou seja, deve ter possibilidades de se informar acerca das necessidades especiais de seu aluno, de buscar informações participar de eventos que favoreçam sua atualização sobre o tema, de obter apoio de toda a escola, afinal o aluno não é somente responsabilidade de um professor, mas sim de uma equipe institucional de educação.

REFERÊNCIAS

AGENCIA BRASIL. **Cresce o numero de estudantes com necessidades especiais**. Brasília, 2019.

ARANHA, M. S. F. **Inclusão Social e Municipalização**. In: Manzini, E. J. Educação Especial: temas atuais. Marília: Unesp: MaríliaPublicações, 2000, p. 01-09.

FAGUNDES, Carlos Magalhães de. **Os novos desafios para a educação especial**. São Paulo: Ação Educativa, 2001.

GLAT, R. et al. **Formação de professores na educação inclusiva: diretrizes políticas e resultados de pesquisas**. 2006.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Educação Especial e Inclusão**. Revista Criança. Ministério da Educação – MEC, No..36, jun.2002, p.34-36.

FIGUEIREDO, R. V. **Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade** In ROSA de E. G. e SOUZA V. C. (org.) Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

KAERCHER, N. A. **Desafios e utopias no ensino de Geografia**. Porto Alegre: Mediação, 2003b.

LIPPE, E. M. O. **O ensino de ciências e deficiência visual: uma investigação das percepções das professoras de ciências e da sala de recursos com relação à inclusão**. 2010. 109 f. Dissertação (mestrado) -Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, 2010.

MANTOAN, M. T. E. PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A. **Entre pontos e contrapontos**. Parte III. In: MANTOAN, M. T. E. PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A. (orgs). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MENDES, J. de C. **Geografia e educação inclusiva: (re) pensar o fazer pedagógico na sala de aula.** In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2014, Vitória-ES. Anais...Vitória-ES, 10 a 16 de ago. de 2014

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais.** Editora: Arnet, São Paulo, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **O direito à diferença, na igualdade de direitos.** MEC/SECADI, 2010.

SASSAKI, R. K. **As escolas inclusivas na opinião mundial.** Disponível em: http://www.viverconsciente.com.br/exibe_artigo.asp?codigo=75&codigo_categoria=13 > . Acesso em: 14 nov 2021.

VESENTINI, J. W. **Geografia e textos críticos.** 3 ed. Campinas: Papyrus, 1994.

TODOS PELA EDUCACAO. **Conheça o histórico da legislação sobre educação inclusiva.** Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva>. Acesso em 01 de julho 2022.